

O NASCIMENTO DE UM PENSAMENTO E DE UMA LÍNGUA GEOPOLÍTICA NO SÉCULO XVI: A QUALIFICAÇÃO DO INIMIGO NAS *RELAZIONI* DOS EMBAIXADORES VENEZIANOS

Romain Descendre
ENS-LSH, UMR Triangle

RESUME: *Cet article examine la textualité des relations des ambassadeurs vénitiens du seizième siècle, présentées au Doge et au Sénat. L'analyse rend visible la façon dont leur discours systématique constitue l'une des premières matrices de toute la pensée des relations internationales à l'époque moderne.*

RESUMO: Este artigo examina a textualidade dos relatórios dos embaixadores venezianos do século XVI, apresentados ao Doge e ao senado. A análise torna visível o modo como o seu discurso sistemático constitui uma das primeiras matrizes de todo o pensamento das relações internacionais na época moderna.

ABSTRACT: *This article examines the textuality of the reports of Venitian ambassadors from the Sixteenth Century, presented to the Doge and the Senate. The analysis shows how their systematic discourse constitutes one of the first matrixes of the thought of international relations in modern times.*

1. Em sua aula do dia 22 de março de 1978 no Collège de France, Michel Foucault explicou como, no século XVI, a nova arte de governar própria do Estado moderno – a razão do Estado – implicava, em nível internacional, no desenvolvimento de todo um “dispositivo diplomático-militar”. A nova arte de governar se desdobrava daquele momento em diante em um “campo de concorrência de forças”, e precisava estabelecer todos os procedimentos necessários para a manutenção do equilíbrio europeu, do equilíbrio entre os Estados: limitar o poder no exterior, mesmo que se insistisse em desenvolver as forças do Estado no interior.

*Dito isto, será que tudo é assim tão novo? Será que podemos, efetivamente, dizer que a abertura de um espaço de concorrência entre os Estados é um fenômeno que apareceu bruscamente no fim do século XVI e no início do XVII, e que assim cristalizou toda uma série de novos aspectos e de novos desenvolvimentos desta razão do Estado? É claro que havia muito tempo que rivalidades, afrontamentos, fenômenos de concorrência eram produzidos, nem é preciso dizer. Mas, uma vez mais, eu gostaria que estivesse bem claro que o assunto sobre o qual eu falo, o que está em questão em tudo o que eu agora lhes digo, é o momento em que todos estes fenômenos começam a entrar efetivamente em um prisma reflexivo que permite organizá-los em estratégias. O problema é saber a partir de que momento foram efetivamente percebidos sob a forma de concorrência entre Estados, de concorrência em um campo econômico e político aberto, em um tempo indefinido estes fenômenos de afrontamento, de rivalidade, que podíamos constatar evidentemente desde sempre. A partir de que momento organizamos um pensamento e uma estratégia da concorrência para codificar todos estes fenômenos?*¹

Esta é uma definição possível daquilo que chamamos aqui de “nascimento da geopolítica”: o momento em que todos os fenômenos de rivalidade, de afrontamento, de concorrência entre os Estados entram efetivamente em um prisma reflexivo que permite organizá-los em estratégias. A época em que as relações internacionais começaram a ser pensadas verdadeiramente como relações entre Estados soberanos, independentes uns dos outros e, como tais, partes constitutivas de relações de força, não podendo existir senão no interior de relações de força.

Falar de “prisma reflexivo”, é falar de discurso, de textos, e de linguagem. A Itália do século XVI não parou de produzir textos que são o prisma reflexivo de um contexto político italiano e europeu completamente novo. Um primeiro conjunto é constituído pelo pensamento republicano florentino, por Savonarole, Maquiavel e Guicciardini, que se dedicam a pensar a nova política imposta por essas guerras de um gênero novo que são as guerras da Itália. Um outro conjunto de textos menos conhecido é constituído pelos relatórios dos embaixadores venezianos. A necessidade de se aproximar destes textos vem do fato de que eles elaboram um discurso sistemático que é, sem dúvida, uma das primeiras matrizes de todo o pensamento das relações internacionais na época moderna – e isso antes mesmo da teorização da razão do Estado, à qual faz referência Michel Foucault, porque esta não toma forma senão no final do século, a partir do *Della ragion di Stato*, de Giovanni Botero, publicado em 1589.

2. O que chamamos de *relazioni* de embaixadores corresponde a um gênero literário político absolutamente próprio de Veneza². Trata-se dos relatos que os embaixadores venezianos deviam redigir e pronunciar diante do senado e do doge no seu retorno. A especificidade destes relatos era o seu caráter obrigatório e regulamentado. A obrigação da redação de um relatório estava em vigor desde a Idade Média, com um primeiro ato do Grande Conselho em 1268. Mas sabemos que na prática ela não era respeitada: numerosos textos regimentais reiteram a obrigação, e isto até em 1524. Foi somente no século XVI que a prática se tornou sistemática³. Sobretudo, é somente no curso da primeira parte do século XVI, que o relatório adquire sua estrutura própria, extremamente regulamentada e restritiva, que a distingue de todos os outros relatórios de missão que podemos encontrar na mesma época em outros Estados. Para resumir, podemos dizer que o objetivo das *relazioni* é apresentar um quadro, um retrato do Estado, da maneira mais completa possível, a fim de que os senadores possam representá-lo, conhecê-lo do melhor modo, e assim analisar, decidir e agir com conhecimento de causa em matéria de política internacional. O embaixador não faz então um relatório de missão, no qual prestaria conta de suas ações e dos acontecimentos em curso: estas informações são consignadas ao longo de sua jornada nos despachos que envia ao senado. O momento do relatório é o da síntese e da objetivação, no qual se expõe com distância, em um grande quadro, o que se viu de perto: coisas vistas por alto, e reorganizadas em um tempo maior do que aquele dos informes feitos dia após dia. O texto é quase sempre estruturado em várias partes bem marcadas: a geografia do país, as forças do Estado – que reagrupam geralmente os aspectos econômicos e militares – o governo do Estado – isto é, ao mesmo tempo, os homens e as instituições – e, enfim, uma parte que jamais pode faltar, consagrada às relações exteriores. É esta parte, na qual a distinção amigo/inimigo é decisiva, que constitui mais especificamente o objeto de meu estudo, sobre a base de um corpus de quarenta narrativas escritas no século XVI, em particular todos os relatórios da Inglaterra e da França e os relatórios dos embaixadores acerca de Charles Quinto e de Felipe II⁴.

3. Antes de entrar na análise precisa das *relazioni*, convém destacar três elementos de ordem geral, quanto ao gênero ao qual pertencem estes textos, à época de sua emergência e, enfim, quanto ao seu lugar de nascimento.

a) Os relatórios de embaixadores constituem um grande discurso coletivo, e é como tal que devem ser descritos e analisados. Não só pela grande codificação que os caracteriza e que é imposta pelos textos regimentais e

pelas instruções precisas. Não só porque refletem a formação intelectual e política de uma classe extraordinariamente moldada pelo sentimento patriótico e pela consciência de um estatuto indissociavelmente ligado ao serviço da República, a classe de seus patrícios, para quem a atividade diplomática não é somente uma honra, mas também um dever. Mas também porque o ideal a que visa este discurso é aquele de um apagamento do autor, de sua individualidade e de suas próprias opiniões, a fim de atender a uma verdade que deve poder ser, antes de tudo, a da República Veneziana. É isto que o torna fascinante, (mas também, à vezes, cansativo, em razão de seu caráter fortemente iterativo): é um discurso que, paradoxalmente, tende a colocar os elementos de uma *língua* que conserva o menos possível traços possíveis da *fala*, no sentido saussuriano. Esta língua da política internacional é nova, por vários motivos. Porque ela diz uma realidade nova, aquela da competição internacional entre os grandes Estados territoriais europeus, cujas repercussões são dramáticas para toda a Itália e tocam também Veneza profundamente. Porque se trata de uma língua vulgar, quando a língua da diplomacia era tradicionalmente o latim, de um vulgar que não era, no entanto, o veneziano, mas um italiano de comunicação, no qual muito ainda precisava ser inventado. Tudo isto faz, é claro, das *relazioni*, um dos terrenos privilegiados desta invenção propriamente italiana de uma língua e de um pensamento político novo.

b) É um acaso se o desenvolvimento dos relatórios é contemporâneo ao das guerras da Itália? As conclusões de Donald Queller permitem mostrar que é mesmo com as guerras da Itália e com a nova situação internacional do século XVI que a prática literária e o gênero político do relatório se impõem. A partir deste momento, em todo o caso, as autoridades venezianas conseguiram impor que a regra da escrita de um relatório fosse respeitada. Os efeitos das guerras da Itália se lêem tanto nestes relatórios, quanto em Maquiavel e Guicciardini: a guerra, real ou simplesmente possível, torna-se a forma permanente das relações entre os Estados, e está aí a razão por que a determinação do inimigo adquire um caráter crucial. A questão que se é, então, levado a colocar é a seguinte: pode-se dizer que é a partir das guerras da Itália que nasceu não somente um pensamento político moderno, assombrado pela guerra, mas também um pensamento que poderíamos já qualificar de geopolítico, e que se manifestaria em primeiro lugar e antes de tudo nesses relatórios dos embaixadores venezianos?

c) A natureza veneziana das *relazioni* apresenta um duplo paradoxo – pelo menos na aparência. No mesmo momento em que a república perde todo peso político real, sua diplomacia adquire um papel de primeiro plano, e inventa uma língua e um pensamento das relações internacio-

nais. No momento em que Veneza é forçada a colocar sua política estrangeira sob o signo da neutralidade, os relatórios insistem particularmente sobre a questão do inimigo. As guerras da Itália expõem a Sereníssima a uma situação particularmente desconfortável: ela está, dali para frente, presa entre duas ameaças, sobre a terra firme pela chegada dos grandes “rapaces” de outras regiões, e sobre seu império marítimo, o *Stato da Mar*, com a ascensão extraordinária do poder turco, que consome progressivamente seus territórios por ocasião das guerras turco-venezianas recorrentes ao longo do século XVI. Depois da batalha de Agnadel em 1509, suas ambições de expansão sobre o território italiano se dissiparam, e a prioridade daí para frente é proteger o que já possuíam, livrando-se a tempo das grandes potências⁵. A partir de então, a prioridade dos venezianos é impedir que uma única das forças estrangeiras tenha poder demasiado na Itália. Mas a partir dos anos 1530, nada mais depende deles, somente Charles Quinto e o rei da França têm o embargo sobre a Península. Disso é que nasce a necessária neutralidade de Veneza: a República não participa mais diretamente dos negócios internacionais, mas ela se contenta em supervisionar atentamente a situação, a fim de conservar sua soberania⁶.

Em tal contexto, as *relazioni* aparecem, em primeiro lugar, como um discurso visando controlar a realidade geopolítica. Ele vai da sobrevivência de um pequeno Estado independente, pressionado pelas visões hegemônicas de três grandes potências, o império de Charles Quinto, a França, e o império otomano, primeiro na época das Guerras da Itália e, em seguida, na época da dominação sem partilha da Espanha sobre a Península. No momento em que Veneza tem o menor peso nos equilíbrios europeus, ela elabora o instrumento discursivo que lhe permite medir a cada instante o estado de seus equilíbrios. Trata-se no fundo de dominar pelo saber, ou ainda de dissimular pelo saber e pela análise um controle impossível de exercer de maneira prática sobre os equilíbrios internacionais. Neste quadro, a questão da amizade e da inimizade torna-se primordial: quais alianças, quais rompimentos de alianças, quais conflitos são suscetíveis de se produzir? Tudo isto participa da produção de um saber mais vasto que permitiu dizer que Veneza pôde assim tornar-se “o olho de todo o Ocidente”⁷. Tudo permite pensar que o nascimento de uma análise propriamente geopolítica e “geoestratégica” está diretamente ligado à consciência de que a existência do Estado é determinada, em última instância, pelas relações internacionais entre atores mais poderosos. Com as guerras da Itália, os venezianos tomam consciência de que sua república pode desaparecer a qualquer momento e o problema de sua manutenção torna-se uma questão fundamental. Muito antes da emergência do “paradigma

conservador”, que dissemos ser próprio à razão do Estado⁸, é, em primeiro lugar, nas relações dos embaixadores venezianos que nasce um pensamento político completamente assombrado pela questão da conservação. Mas de uma conservação que não é tão interna quanto externa: se a confiança dos venezianos na perfeição de suas instituições é muito grande, e os dispensa de uma reflexão sobre as práticas e os meios da conservação em matéria de política interna, as guerras da Itália em primeiro lugar, e a perda progressiva de seu império marítimo para os turcos torna-os muito menos certos da perenidade de sua independência no nível internacional. É necessário, então, um exame permanente dos equilíbrios, um saber específico das relações de força, das amizades e inimizades entre os grandes Estados. E este saber necessário à conservação de Veneza vai ao encontro da escolha política da neutralidade, único meio de conservar sua independência. É, aliás, relativamente cedo, a partir dos anos 1550, que os embaixadores comentam e confirmam a validade desta escolha política maior operada por Veneza no século XVI. O famoso *Discorso sulla neutralità* de Paruta não fará mais do que sistematizar, em 1599, este ponto de vista, um tema político presente nas *relazioni* há quase meio século⁹.

4. Ainda na ordem das considerações preliminares, acrescentemos duas especificações referentes ao sentido da noção veneziana de inimigo.

a) A ausência total de reflexão sobre o inimigo interno e sobre as divergências diferencia radicalmente Veneza de Florença. O pensamento político veneziano é um pensamento das relações internacionais. Os negócios internos da república são pensados apenas sobre o modo mítico da concordância civil absoluta e das instituições perfeitas (é o sentido do tratado que Gasparo Contarini – ele também embaixador – consagra às instituições venezianas em 1543), permitindo explicar a extraordinária longevidade da cidade.

b) A questão do inimigo não é uma questão jurídica. Os embaixadores não fazem jamais, por exemplo, a distinção entre *hostis* e *inimicus*, entre inimigo público e inimigo privado. A língua vulgar conserva apenas os termos *inimico*, *nimico*, *nemico*, que se aplicam ao príncipe e/ou ao povo de um Estado soberano de estatuto equivalente, e que como tal, correspondem ao que os juristas chamam de *hostis*. Todo inimigo é considerado como legítimo. Mas mesmo que os embaixadores tenham normalmente a formação de juristas, a reflexão continua puramente política e não se aventura jamais sobre o terreno jurídico. Isto é importante: contrariamente ao que podemos às vezes pensar quando lemos os textos que tra-

Romain Descendre - Nascimento de um pensamento e de uma língua

tam do nascimento do direito internacional, este não foi o *jus publicum europaeum* que constituiu as relações internacionais em um *pluriversum* de Estados de igual dignidade, permitindo assim, por um lado, uma racionalização destas relações e, por outro, a colocação de um sistema de equilíbrio europeu. O que se produziu foi o contrário, o direito vindo mais tarde sancionar e validar juridicamente a nova representação política que se fazia das relações internacionais. Os relatórios de embaixador são a expressão de uma concepção integralmente política das relações internacionais, concepção que se demarcou definitivamente das concepções jurídicas medievais, que faziam do império o defensor da justiça e da paz na cristandade.

5. O que nos ensinam estes relatórios de embaixadores sobre a representação que os homens do século XVI faziam das relações internacionais e como joga aí a distinção amigo/inimigo?

a) Primeiramente, constata-se que esta distinção é absolutamente *estruturante*. Não existe quase nenhuma *relazione* que omita esta parte consagrada aos *intelligenze*, aos relatórios dos príncipes uns com os outros, e todos são estruturados a partir desta distinção. As relações internacionais aparecem como totalmente determinadas pela alternativa amigo/inimigo. O binômio parece ser suficiente para cartografar a totalidade dos relatórios internacionais e tende, por isso, a saturar a análise. Isto se constata desde o primeiro relatório conhecido, datado de 1492, no qual uma grande parte é consagrada aos inimigos do rei da França¹⁰. Em um texto de instruções aos embaixadores para a redação dos relatórios, datado provavelmente de 1570, está bem enfatizado que a última parte deve mostrar “de quem o príncipe é o amigo ou o inimigo”¹¹. Assim, se isto não permite ainda dizer, como Carl Schmitt, que a distinção amigo/inimigo é o critério do político, esta aparece sem dúvida como o critério do geopolítico, ou das relações internacionais. A todo momento, aparece dito que todo outro Estado pode ser ou amigo ou inimigo, e é por esta razão que é necessário desenvolver um tipo de saber e de raciocínio que permita determinar a situação de inimizade em um dado momento. Este caráter exclusivo e decisivo do binômio amigo/inimigo nos relatórios dos embaixadores deve ser aproximado de certas passagens dos escritos de legação de Maquiavel na época em que era regularmente enviado como representante diplomático da república florentina. Ele relata as-

que aparece de modo marcante, em primeiro lugar, é que o binômio conserva nas *relazioni* um valor estrutural para além do período das guerras da Itália, e mesmo durante os anos em que as potências européias estão em paz; e, em segundo lugar, que a neutralidade é pensada apenas para Veneza, jamais para os outros. Os príncipes não aparecem jamais como neutros, salvo quando seus territórios são tão distantes que eles só podem ser indiferentes. Mas não se trata de uma política de neutralidade deliberada; simplesmente de uma indiferença objetiva. A consequência é que, literalmente, parece que a paz não existe. Ela existe apenas como a suspensão momentânea das operações armadas. Além disso, no quadro desta saturação dos relatórios internacionais pela distinção de amigo e de inimigo, constata-se que o termo primeiro e determinante é inimigo. É a inimizade que determina as amizades e não o contrário. Meu amigo nada mais é do que o inimigo de meu inimigo. É a regra mais ou menos explicitamente afirmada por todos os embaixadores na França, a propósito das alianças que os franceses tinham com os príncipes luteranos ou com os turcos, inimigos do Imperador e depois do Rei católico¹³.

b) Todavia, a distinção amigo/inimigo nos relatórios dos embaixadores não é tão monolítica como poderíamos crer. A atenção ao léxico permite mostrar que as coisas devem ser complexificadas. Há diferentes graus de amizade e de inimizade, e poderíamos constituir uma tipologia mais refinada do que aquela de uma simples alternativa. Aparece, assim, em um relatório a noção do “*quasi nimico*”: é o que seria a Espanha de Felipe II para a Inglaterra de sua esposa Maria Tudor em 1554.¹⁴

O inimigo momentâneo, pontual e conjuntural deve também ser diferenciado de uma categoria recorrente, a do “inimigo natural”. O inimigo natural é antes de tudo o que está geograficamente próximo¹⁵, e que é comparável em tamanho e em poder. A França tem claramente dois: a Inglaterra e a Espanha. Tanto quanto a de inimigo, a categoria de amigo comporta vários casos. Alguns diferenciam, por exemplo, o amor desejado e franco – “*amore di buona volontà*” –, o respeito devido às alianças das dinastias, e o elo que é apenas de interesse¹⁶. Se parece não haver reflexão sobre a diferença entre inimigo privado e inimigo público, há uma reflexão recorrente sobre o que é o próprio da amizade política, a partir de uma distinção muito clara entre amizades privadas e amizades públicas: ainda que as amizades entre “fidalgos particulares” repousem sobre as “correspondências de seus espíritos” e a “semelhança de seus costumes”, as amizades dos príncipes, quando não são “naturais”, repousam ou sobre o interesse, ou sobre a necessidade que “os obriga a ficar juntos apesar deles mesmos”¹⁷. Mas, sobretudo, o que aparece de maneira evidente, é que todo príncipe,

todo Estado, a todo o momento, é suscetível de tornar-se amigo ou inimigo: a avaliação está sempre por se refazer, todo Estado sendo por definição um inimigo potencial. É precisamente o caráter problemático desta avaliação que constituirá o meu terceiro ponto.

c) As duas palavras empregadas com mais frequência pelos embaixadores para designar o objeto da última parte de seu relatório são “*animo*” e “*intelligenze*”: trata-se de saber qual é o *animo* do príncipe com relação aos outros príncipes, ou quais são suas *intelligenze* com os outros príncipes. Trata-se de saber quais são seus sentimentos ou seu estado de espírito relativamente aos outros, que tipo de acordo, de inteligências ele mantém com os outros. Compreende-se, desde então, que a questão da amizade ou da inimizade tenha se tornado mais complicada. Porque as duas palavras, *animo* e *intelligenze*, designam precisamente a intimidade do príncipe, seu espírito e seu coração, suas intenções e sua vontade. Trata-se de entrar nos segredos dos príncipes, nos arcanos do poder. Os embaixadores sublinham a todo o momento a dificuldade e as incertezas de uma tarefa como essa. Nada é mais difícil do que descobrir qual é a “vontade” de um príncipe, disse assim Alvise Contarini, em 1572¹⁸. O embaixador deve pretender ter acesso a um domínio reservado, pertencente ao foro íntimo dos príncipes. Trata-se, de qualquer maneira, de entrar na sua alma e de roubar seus segredos. Isso tem muitas conseqüências.

Isso implica, antes de mais nada, todo um trabalho de informação, no sentido moderno do termo, que torna a tarefa dos embaixadores semelhante à dos espões¹⁹ (é exatamente o sentido que a palavra *inteligência* adquiriu em inglês, precisamente, a partir do século XVI). Sabe-se que, às vezes, os embaixadores tinham problemas para serem aceitos, porque eram assimilados aos espões, e toda a história da diplomacia é marcada pelo problema do limite fluido entre diplomacia e informação.

Segunda conseqüência: o saber que o embaixador vai divulgar por meio de seu relatório não poderá se limitar a uma transmissão de informações, mas ele deverá oferecer um tipo de análise suscetível de atravessar as intenções secretas dos príncipes: trata-se de inventar uma forma particular de tratamento das informações que torna possível a conjectura. Aliás, há uma palavra-chave, que aparece sem cessar na escrita dos embaixadores: “*congetturare*”. Designar o inimigo, avaliar a força das inimizades e das amizades, supõe toda uma rede analítica das intenções, dos rancores, das forças e das fraquezas. Isso implica também uma certa sintaxe, ao mesmo tempo lingüística e mental, colocando em jogo as hipóteses, os futuros possíveis (se o Imperador deixa o ducado de Milão para o rei da França, com a condição de que este se alie a ele em sua luta contra os Turcos, então a amizade se tornará possível, porque afinal o

poder de Carlos V não será maior; se, ao contrário, a intenção do Imperador é uma aliança contra a Inglaterra, então o rei continuará a ver nele um inimigo, etc.)²⁰. A elaboração de um cálculo político racional e a busca da verdade ficam apenas como uma procura, isto é, não como uma simples afirmação, mas um conjunto de suposições, de estimativas, de aproximações. Este cálculo necessita, no entanto, se apoiar sobre alguns indícios, e há precisamente aí um outro termo que retorna sem cessar e que acompanha *conjectura*: os “*indizi*”, todos estes indícios que é necessário saber reconhecer e interpretar corretamente. Eles permitem notadamente não se contentar com as aparências: os relatórios são frequentemente construídos em torno da distinção local entre a verdade oculta e as falsas aparências, e têm a ambição de dar ao conhecimento aquilo que não poderia ser revelado senão por uma certa arte da hermenêutica. Deste ponto de vista, o relatório de 1561, do embaixador na França, Giovanni Micheli é significativo, porque toda a argumentação e a análise que ele desenvolve em termos de relações internacionais opõe sistematicamente um olhar intrínseco a um olhar extrínseco: se olhamos as coisas de modo extrínseco, o rei da França é atualmente o amigo da Espanha, do império e da Inglaterra; um olhar intrínseco mostra a cada vez que ele é potencialmente o inimigo destes, por múltiplas razões²¹.

Terceira consequência, esta exploração das intenções dos príncipes, esta busca dos indícios, que permite formular as conjecturas consiste em elaborar um saber que tem um estatuto epistemológico à parte no relatório. Frequentemente, a especificidade da parte dedicada aos “*intelligenze*” é destacada pelo embaixador: é o estatuto da verdade que muda. É uma questão decisiva, porque o relatório deve ser completamente verdadeiro: ele comporta um saber que permitirá aos senadores decidir sobre a política internacional da república veneziana. É necessário apontar, mais uma vez, trata-se da segurança da república, questão decisiva aos olhos de um patriciado veneziano cujo sentimento patriótico é particularmente impressionante. A garantia desta verdade é, por um lado, a questão de que os fatos foram vistos e não supostos; por outro lado, o anonimato do observador, a recusa de toda subjetividade: frequentemente, o embaixador assegura que o seu relatório não contém nada que seja seu, nada que venha dele, e que ele apenas transmite um saber objetivo²². Ora, os *intelligenze* não dependem mais da certeza de algo visto por um observador anônimo, mas da probabilidade e da conjectura, e os embaixadores sublinham frequentemente a diferença de estatuto entre “*verità*” e “*congettura*”²³. Repentinamente, é a subjetividade e a inteligência política pessoal do embaixador que devem aparecer, ele não pode mais se esconder atrás de uma objetividade cartográfica da descrição planimétrica. Daí decorre uma consciência aguda da fragilidade desta parte das infor-

mações, e ao mesmo tempo de seu caráter precioso, que devia sem dúvida fazer dessa parte um dos elementos decisivos na avaliação da qualidade do relatório pelo Doge e pelo Senado.

6. Isso dito, os embaixadores significam que a sua avaliação das amizades e das inimizades dos príncipes não pode se contentar com conjecturas com base em simples indícios. Falta-lhes um critério objetivo. Portanto, eles o encontram. Muito frequentemente, aparece o seguinte módulo discursivo: a partir de agora é necessário que eu tome conhecimento dos “*intelligenze*” do rei com todos os outros príncipes; nada é mais difícil do que isso, pois se trata de penetrar os segredos de sua alma; mas eu disponho de um critério infalível: este critério é o interesse. Nós não temos nem amigos e nem inimigos senão por interesse. Com o passar do século, a insistência sobre o interesse (quatro termos para o essencial: *utile, comodo, beneficio, interesse*) não pára de aumentar: ele torna-se o critério determinante de toda análise política. Numerosas fórmulas retornam: “os príncipes amam ou odeiam conforme seus próprios interesses”, “a amizade se mede de acordo com o interesse”, “a natureza dos príncipes é medir todas as coisas a partir do interesse”²⁴. Esta idéia, já presente em Políbio²⁵, torna-se ao mesmo tempo um verdadeiro topos da língua dos embaixadores, uma regra de ouro da ação política e um critério decisivo da análise das relações internacionais. O interesse permite à conjectura passar de hipótese provável à certeza incontestável, e então o que permite a parte consagrada aos *intelligenze* ser digna do discurso de verdade que deve ser o *relazione*. O interesse torna possível o “fundamento sólido” e a “proposição de valor universal” em matéria de conjectura política. O pensamento estratégico nasce como um cálculo racional dos interesses.

A idéia segundo a qual o interesse é o critério político primeiro não aparece, portanto, com as teorias da razão do Estado: ela é uma das constantes do pensamento político italiano do século XVI. Sabemos que ela já está presente em Guicciardini, notadamente em seus *Ricordi*, mas, sobretudo, na perspectiva de uma oposição entre os interesses privados dos poderosos e o bem público²⁶. No final do século XVI, em dois acréscimos tardios em seu livro sobre a razão do Estado, Botero repetirá, em 1598, a fórmula dos embaixadores: não há amigo ou inimigo absoluto, há apenas amigos e inimigos segundo o interesse²⁷. O aporte específico dos relatórios é que eles permitem datar de um modo relativamente preciso a aparição e a generalização da fórmula: os anos 1540. Ou seja, no final de meio século dessas guerras da Itália, caracterizadas por incessantes inversões de aliança, a um grau, sem dúvida, jamais até então atingido. A insistência nessa idéia, sua repetição quase obsessiva a partir do momento de sua aparição

tende a mostrar que os autores tomam então consciência de uma transformação radical das lógicas políticas em ação nas relações internacionais.

Além disso, o que choca é que os termos escolhidos para descrever esta nova lógica pertencem todos ao registro econômico e financeiro: aquilo que aparece mais frequentemente é o substantivo “*utile*”, que não é a substantivação do adjetivo, mas um nome que pertence à língua das finanças e que significa o ganho, o proveito, o interesse, o benefício (como “*beneficio*” e “*interesse*”). Como Florença, a cidade mercante que é Veneza descreve e interpreta a política nova através do filtro de sua língua naturalmente comercial.

Outro ponto interessante: a constatação de um poder total do interesse ou da razão do Estado torna-se um argumento determinante em favor da política de neutralidade de Veneza. É porque sabemos bem que um Estado só respeitará sua palavra enquanto tiver interesse, é porque nenhum tratado de aliança tem valor real, que a escolha da neutralidade é tomada por todos²⁸. Veneza é um Estado em que os outros podem confiar precisamente porque, graças à escolha da neutralidade, ele saiu da lógica amigo/inimigo e, portanto, não arrisca trair os outros.

7. A análise dos interesses permite não isolar a avaliação das amizades e inimizades dos príncipes em uma dimensão puramente subjetiva e individual, ligada somente aos próprios príncipes²⁹. Um outro elemento vai nesta direção e parece ter mais importância no decorrer do século XVI: a reflexão puramente geopolítica implicando diretamente a análise do território é da repartição espacial de forças. É claro que a amizade ou a inimizade é mais frequentemente determinada pelas questões territoriais, e os inimigos são frequentemente aqueles que pertencem a Estados limítrofes, ou os príncipes com os quais existem disputas territoriais. A Escócia é com frequência objeto de análises geoestratégicas precisas que mostram de que forma seu controle é decisivo tanto para a Inglaterra, quanto para a França³⁰. A dependência econômica da Inglaterra frente a Flandres e aos Países-Baixos explica por que o rei da Inglaterra não pode se permitir se tornar inimigo de Charles Quinto³¹. Os embaixadores explicam sistematicamente a amizade franco-turca pela necessidade da França de ir contra, graças à frota turca, a superioridade marítima dos Espanhóis³². A análise geopolítica se faz às vezes ao lado da análise sociológica. Em seu relatório de 1569, Giovanni Correr explica a inimizade eterna entre franceses e espanhóis mostrando, de um lado, que a instituição da primogenitura não permite aos filhos mais novos enriquecer senão pela guerra e, por outro lado, que somente por razões geográficas os Flandres espanhóis podem ser objeto dos ataques franceses³³. Enfim, em 1559 – ano que marca uma certa estabilização das relações de força na Europa com o tratado de “Cateau-Cambrésis”

e o fim das Guerras da Itália – Michele Soriano substitui o exame das “*intelligenze*” de Felipe II com os outros soberanos por uma avaliação comparada dos poderes dos três únicos Estados que contam verdadeiramente a seus olhos, a Espanha, a França e o Império Otomano³⁴.

8. Esta evolução em direção a uma maior atenção sobre os aspectos territoriais e mais propriamente geopolíticos das relações entre os Estados será confirmada por uma obra que representa o coroamento do gênero literário e político dos relatórios dos embaixadores, as *Relazioni universali* de Botero³⁵. O título é claramente uma referência aos relatórios venezianos, e em seu lado mais propriamente político as *Relazioni universali* adotam a estrutura dos relatórios venezianos. Através deste livro, os relatórios dos embaixadores tornam-se, no fim do século XVI, o modelo de análise das relações internacionais e da avaliação comparada das forças de todos os Estados do mundo. Mas ele apresenta várias diferenças importantes. O gênero torna-se público: ainda que os relatórios dos embaixadores fossem normalmente secretos (mas eles circulavam sob a forma manuscrita e eram pesquisados em toda a Europa), as *Relazioni universali* são publicadas e se dirigem a todos os leitores que se interessam “*alle cose di Stato*”. Além disso, este tipo de análise adquire, deste momento em diante, uma autonomia política com relação a todo Estado particular: a descrição de todos os Estados é desligada de todo Estado particular, a comparação de seus respectivos poderes é efetuada sem consideração de ponto de vista (não se trata de assegurar a segurança de Veneza ou de Florença, da Espanha ou da França)³⁶. Enfim, terceira diferença: assiste-se então a uma abertura considerável dos horizontes, com a consciência de uma dimensão mundial (e não simplesmente européia) da política.

Como fica então, nesta passagem, a questão do inimigo? Constatase um desaparecimento de todos os elementos subjetivos, individuais, “psicológicos” referentes às intenções dos príncipes e a suas estratégias veladas. A questão do inimigo não aparece mais por meio de uma análise das relações entre pessoas, mas por meio de uma análise dos territórios e, em particular, dos territórios fronteiriços. Não se trata mais de determinar o “*animo*” do príncipe em relação aos outros príncipes, mas de determinar o espaço dos embates possíveis com os “*confinanti*”, os Estados fronteiriços. De maneira ainda mais marcada do que os embaixadores venezianos, trata-se agora, antes de mais nada, de um problema de território. A reflexão política torna-se então inseparável do espaço e da geografia, e se desenvolve em uma nova temporalidade, que não é mais a mesma que a dos despachos e dos relatórios dos embaixadores. Esquematizando um pouco, pode-se constatar que o século

XVI italiano desenvolveu uma análise das relações internacionais conforme três regimes diferentes de temporalidade: o tempo tático dos despachos venezianos e das cartas de legação florentinas; o tempo estratégico dos relatórios dos embaixadores venezianos; o tempo geopolítico das *Relazioni universali* de Botero. Conjuntura e tomada de decisão no tempo imediato e cotidiano; avaliação de forças e das relações de força em um dado momento; e antecipação de um futuro a curto e médio prazo, a fim, é claro, de tomar as boas decisões sobre um tempo mais longo³⁷; tempo longo e indeterminado das *Relazioni universali*, que é o de uma ordem internacional, que se pretende no presente preservar a longo prazo.

Pode-se pensar que temos, no fundo, a constituição de todo o instrumental intelectual que vai permitir pensar o sistema de equilíbrio dos Estados europeus, ou ainda, o “prisma reflexivo”, nas palavras de Foucault, que permite organizar em estratégias os fenômenos de concorrência entre os Estados, antes mesmo da institucionalização deste equilíbrio europeu com os tratados de Westfalia, em 1648.

Tradução: Mariângela P. Galli Joanilho
Universidade Estadual de Londrina

Notas

1. Michel Foucault, Sécurité, territoire, population. Curso no Collège de France. 1977-1978, Michel Senellart (éd.), Gallimard – Le Seuil, Paris, 2004, p. 301.
2. Sobre os relatórios dos embaixadores venezianos, ver: Francesca Antonibon, *Le relazioni a stampa di ambasciatori veneti*, Regio istituto veneto di scienze, Padova, 1939 ; Donald E. Queller, “How to succeed as an ambassador: a sixteenth century venetian document”, in *Studia gratiana*, XV, *Post Scripta, Essays on Medieval Law and the Emergence of the European State in Honor of Gaines Post*, Rome, 1972, p. 653-671 ; Id., “The Development of Ambassadorial Relazioni”, in Id., *Medieval Diplomacy and the Fourth Crusade*, London, 1980, p. 174-196 (1ère éd. in *Renaissance Venice*, ed. J.R.Hale, London, 1973); Angelo Ventura, “Introduzione” in *Relazioni degli ambasciatori veneti al Senato*, 2 vol., Laterza, Roma-Bari, 1980; Alessandro Fontana, “A troca diplomática. Os relatórios dos embaixadores venezianos na França durante o Renascimento”, in *A circulação dos homens e das obras entre a França e a Itália na época do Renascimento*, Publicações do C.I.R.R.I., vol. 20, Paris, 1992, p. 19-37; Id., “Os embaixadores depois de 1494: a diplomacia e a política novas”, in *Itália 1494*, Estudos reunidos e apresentados por A.-Ch. Fiorato, Publicações da Sorbonne – Imprensa da Nova Sorbonne, Paris, 1994, p. 143-178; Id., “As províncias unidas nos relatórios dos embaixadores venezianos no século XVII”, in *Os Flandres e a cultura espanhola e italiana nos séculos XVI e XVII*, textos reunidos por M. Blanco-Morel e M.-F. Piéjus, Universidade de Lille 3, 1998, p. 139-150.
3. Acreditou-se durante certo tempo que só havia relatórios do século XVI, porque os precedentes teriam queimado por ocasião dos incêndios no Palácio dos Doges em 1574 e em 1577, mas Queller mostrou que os arquivos

venezianos não possuíam grandes coleções de relatórios sistemáticos antes dos anos 1530. D. E. Queller, “The Development of Ambassadorial Relazioni”, cit., p. 187.

4. Edições consultadas: *Relazioni degli ambasciatori veneti al senato durante il secolo decimosesto, raccolte e illustrate da E. Albèri*, 15 vol., 1839-1863, que contém três séries, consagradas respectivamente aos Estados europeus, aos Estados italianos e ao Império otomano (a partir de agora, citado como segue: Albèri, nº da série, nº do tomo); a totalidade dos relatórios da Inglaterra e uma parte dos relatórios da França estão digitados no site da internet “Storia di Venezia”, abrigado pela Universidade de Veneza, no seguinte endereço: <http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/testi.htm>; citarei prioritariamente esta edição digitada dos relatórios.
5. Assiste-se, no mesmo momento, à desordem geo-econômica radical provocada pela supremacia dos portugueses no Oceano Índico, a partir de 1509, momento em que Francisco de Almeida destruiu a frota do sultão do Egito e do rajá de Calcutá no largo de Diu, e em que, em 1510 Afonso de Albuquerque se apossa de Goa. Estes acontecimentos têm conseqüências diretas sobre o poder econômico de Veneza.
6. Federico Chabod, “Venezia nella politica italiana ed europea del Cinquecento”, *Storia della civiltà veneziana*, éd. Vittore Branca, II, Sansoni, 1979, p. 233-246.
7. A expressão, originária de Pierre Galland, Petri Castellani [...] Vita, Paris, 1674, p. 28, é retomada por A. Fontana em “L'échange diplomatique. Les relations des ambassadeurs vénitiens en France pendant la Renaissance”, cit., p. 24, sem dúvida o artigo mais rico que foi escrito sobre gênero das relazioni.
8. É a tese que desenvolve Gianfranco Borrelli, *Ragion di Stato e Leviatano. Conservazione e scambio alle origini della modernità politica*, Il Mulino, Bologna, 1993.
9. Contrariamente ao que parece dizer Frederic Lane, *Veneza: uma república marítima*, Flammarion, 1985 (éd. or. 1971), p. 516-517. Deste modo: “E però questo illustrissimo senato, conservando questa buona opinione di neutralità con ciaschedun principe, non farà alcuno invido contentandosi del suo, nè odioso dimostrando parzialità; ma conserverà questo stato sicuro”, *Relazione di Francia di Giovanni Cappello (1554)*, [http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/relazionifranca/cappello%20\(1554\).htm](http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/relazionifranca/cappello%20(1554).htm), e Albèri, I, 2, p. 287.
10. *Relazione di Francia di Zaccaria Contarini (1492)*, [http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/relazionifranca/contarini%20\(1492\).htm](http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/relazionifranca/contarini%20(1492).htm).
11. *Ricordi per ambasciatori con un epilogo breve di quelle cose che si ricercano per fare una relazione*, documento proveniente do Conselho dos Dez. O texto é descrito no estudo de F. Antonibon, op. cit., p. 16, e foi em seguida publicado em sua versão integral por D. Queller, “How to succeed as an ambassador: a sixteenth century venetian document”, cit., p. 653-671.
12. Machiavelli, *Legazioni e commissarie*, I, Bertelli (éd.), Salerno, 1970, p. 299, “et tra voi et me non ha da essere mezo; o bisogna mi siate amici, o nimici”; et déjà, p. 298: “et se non mi vorrete amico, mi troverete inimico”, sentenças pronunciadas por César Borgia em Urbin em 1502.
13. “Sua maestà serva amicizia più stretta che può con tutti questi principi elettori luterani, non per altra ragione che per sostenerli nemici di Cesare”; “Di modo che ora tiene l'amicizia di esso Turco, perché gli pare non poter avere alcuno che più facilmente possa minuire la grandezza di Cesare. [...] Il che esso re cristia-

- nissimo mi ha confirmado apertamente con tali parole: “Oratore, non posso negare ch’io non desidero che il Turco esca fuora potente; non già per sua utilità, perché egli è infedele, e noi siamo cristiani; ma per tenere Cesare in spesa, e con nemico sì grande far lui minore, e dare securtà maggiore ad ogni potentato.” Relazione di Francia di Marino Giustinian (1535), [http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/relazioni/francia/giustinian%20\(1535\).htm](http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/relazioni/francia/giustinian%20(1535).htm).[http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/relazioni/soranzo%20\(1554\).htm](http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/relazioni/soranzo%20(1554).htm).
14. La Relazione d’Inghilterra di Giacomo Soranzo ambasciatore ordinario (1554).
 15. A divisão dos limites aparece como determinante: “per natura gli Inglesi ed i Francesi sono acerrimi nemici, siccome è ordinariamente fra’ confinanti”, La Relazione d’Inghilterra di Nicolò Molin ambasciatore ordinario a Giacomo I (1607), [http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/relazioni/molin%20\(1607\).htm](http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/relazioni/molin%20(1607).htm).
 16. Relazione di Francia di Alvise Contarini (1572), Albèri, I, 4, p. 266.
 17. “la serenità vostra e le vostre eccellentissime signorie (...) sanno che sì come le amicizie tra particolari gentiluomini si contraggono per la mutua corrispondenza degli animi e per la similitudine dei buoni costumi, così tra i principi si fanno le amicizie o per la istessa corrispondenza di natura, o per giudizio che abbiano che loro torni bene lo stare amici insieme, o veramente per necessità, e fortuna, che al suo dispetto li astringa a starsi uniti”, Relazione di Francia di Francesco Giustinian (1538), [http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/relazioni/francia/giustinian%20\(1538\).htm](http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/relazioni/francia/giustinian%20(1538).htm).
 18. Relazione di Francia di Alvise Contarini (1572), Albèri, I, 4, p. 260.
 19. Daniele Barbaro descrive precisamente todas as fortificações da costa inglesa, “riportando[si] a una distinta e particolare descrizione di esse, che con gran fatica e gran mezzi [ha] trovata”, La Relazione d’Inghilterra di Daniel Barbaro ambasciatore ordinario (1551), <http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/relazioni/barbaro.htm>.
 20. “Da tutte le sopradette cose nascono diversi dubbi. Se Cesare volesse dare il ducato di Milano con condizione che il re cristianissimo gli desse aiuto contra il Turco, giudico che il re volentieri accetteria il partito; perché a questo modo sua maestà averia il ducato di Milano; e di quello che si recuperasse dello stato del Turco, si divideria tra quelli che facessero la spesa; e così Cesare non si faria maggiore; e perché in tal modo pareria al re cristianissimo cancellare e levar la macchia contratta per ‘amicizia del Turco: anzi questo partito è proposto dalli Francesi a Cesare. Ma se Cesare volesse dar lo stato di Milano al re cristianissimo, acciocché gli permettesse rovinare il re d’Inghilterra, dico che egli non accetterebbe il partito. E non metto in costruzione che l’ammiraglio abbia detto più volte ad ambidui noi oratori (il che è stato ancora confermato dal re cristianissimo) che non è per lassar rovinare il re d’Inghilterra, e che contra quelli che vorranno offendere con armi temporali il re d’Inghilterra, egli è per opporsi con tutte le forze sue, e con la persona: ben dicendo che, quando il concilio determinasse alcuna cosa, saria un altro termine. Perché rovinandosi quel re, il regno verrebbe a quello che fosse marito di madama Maria, figliuola di questo re e della regina Caterina, o vero al re di Scozia, figliuolo di una sua sorella. Madama Maria potria esser consorte del delfino, ma l’imperatore non lo soporterìa mai, perché in tal caso Francia ed Anglia sariano del re di Francia; ed allora Francia averia talmente circondata la Fiandra, che facilmente si faria suddita di Francia; luogo che Cesare ama sopra tutti i suoi paesi. Se si desse ad altri, come sariano Inglesi e non Francesi, il re cristianissimo non lo potria mai comportare;

perché colui che l'avesse riconosceria la consorte ed il regno da Cesare. E poi il re cristianissimo non potria aver alcun re d' Anglia con cui stesse nel modo che sta con il presente, il quale per l'alienazione dalla chiesa, e per il repudio della vera consorte, è talmente nudo e privato d'amici, che per necessità sta amico col re cristianissimo, e gli aderisce come quasi egli vuole. Quanto mò al re di Scozia, se bene è amicissimo e confidentissimo di questo re, pur, quando il re di Scozia fosse re d'Inghilterra, prendereia il medesimo affetto contra Francesi che hanno gl'Inglese: ed allora il re di Scozia, essendo ancora re d'Inghilterra, saria troppo grande vicino non solamente a Francia, ma ancora a Cesare. E se ora il re cristianissimo teme il re d'Anglia solo, molto più temeria il re di Scozia quando egli fosse congiunto col regno d'Anglia. Però il re di Francia non può abandonar il re d'Inghilterra moderno, e ha per fermo che la rovina di questo saria la vigilia della sua.”, Relazione di Francia di Marino Giustinian, 1535, cit.

21. Relazione di Francia di Giovanni Michiel (1561), Albèri, I, 3, p. 442-454.
22. “Nella presente relazione non vi sarà del mio cosa alcuna, eccetto una sola, che è la forma e l'ordine col quale mi sono proposto di rappresentare alla Serenità Vostra quello ch'io ho inteso e conosciuto da altri”, Relazione di Spagna di Michele Soriano, da Filippo II (1559), Albèri, I, 3, p. 334.
23. “Malagevolmente cosa certa si può dire: perché non è cosa alcuna che abbia più secreti che la mente e il cuor umano; e molto più ascosti e intimi secreti hanno gli animi de' principi che di qualsivoglia altro uomo. E però, sì come la prima parte è stata fondata tutta in cose ch'io ho vedute, e delle quali particolarmente m'ho potuto informare, così tutta questa parte sarà appoggiata sopra congetture ed immaginazioni, che la serenità vostra non dovrà udire come cose che altramente esser non possano, ma come cose che variar si ponno e si variano ogni giorno, sì come si può variar la mente e l'opinion d'un uomo”, Relazione di Bernardo Navagero, da Carlo V (1546), Albèri, I, 1, p. 347. “Questa sola parte sarà molto dall'altre differente, perché sì come le prime che ho dette sono di cose che io ho vedute, e di cui particolarmente mi ho potuto informare, così anco con verità ho potuto affermarle; ma questa sendo tutta sopra congetture appoggiata, quelle la serenità vostra non udirà come cose che non possano essere altramente, ma come cose che si possono mutare, come la mente e l'opinione dell'uomo”, Relazione di Francia di Giovanni Cappello (1554), cit., p. 285.
24. Para Marino Cavalli, é difícil saber quais são as disposições nas quais se encontra o rei face aos outros príncipes, porque “il volere degli uomini, e massime principi, è quasi impossibil cosa a sapere. Pur dagli effetti se ne può avere qualche argomento” Os effetti em questão, são em primeiro lugar o interesse: “misurando li principi l'amore e l'odio suo con gli altri dall'utile proprio, e non dalla conformità dei costumi nè dalla dolcezza del vivere insieme, come fanno li privati, penso che questi grandi si vogliano poco bene insieme, tirando ogn'uno di loro al suo profitto e comodo. E se pur talora si servono del mantello dell'onestà e della giustizia, lo fanno solo per coperta; ma il didentro è l'utile e comodo proprio”, Relazione di Francia di Marino Cavalli (1546), [http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/relazionifranca/cavalli%20\(1546\).htm](http://venus.unive.it/riccdst/sdv/strumenti/testi/relazionifranca/cavalli%20(1546).htm) et Albèri, I, 1, p. 243. . “Si può però da questa parte congetturare e fare un saldo fondamento e una universal proposizione, che li principi non amano nè odiano alcuno se non per beneficio o danno loro particolare: il che si dee credere altresì dell'imperatore, e la speranza l'ha confermato, perché s'è veduto chiaramente che egli è stato amico e nemico di tutti, come ha giudicato che miglior gli torni”, Relazione di Bernardo Navagero, da Carlo V (1546), cit., p. 347. “Ci possiamo render certissimi che li principi non amano nè

- odiano se non sono mossi da beneficio o danno loro particolare”, Relazione di Francia di Giovanni Cappello (1554), cit., p. 287. “Ma non è da fidarsi nè di dimostrazioni nè di parole che sappino usar li principi, molto manco li Francesi; che non avendo essi per fine in tutte le loro azioni altro che l’utile e l’interesse, secondo questi misurano l’amicizia; e da una ad un’altra ora diventano amici e nemici. Perché, sempre che l’amicizia di Vostra Serenità rompesse qualche disegno del re, non saria avuto riguardo nè all’antichità di essa nè a qualsivoglia altro rispetto, per romperla”, Relazione di Francia di Giovanni Michiel (1561), Albèri, I, 3, p. 454. “La natura dei principi è misurar ogni cosa con l’utile”, Relazione di Francia di Alvise Contarini, 1572, Albèri, I, 4, p. 262.
25. Polybe, *Histoires*, II, 47, 5.
 26. F. Guicciardini, *Ricordi*, ed. cr. a cura di R. Spongano, Sansoni, Firenze, 1951, voir B106 et C66, C142, C157, C172, C196, C201.
 27. Mas desde 1589, o primeiro dos “príncipes de prudência” expostos no livro II de *Della Ragion di Stato* afirma: “Tenga per cosa risoluta, che nelle deliberazioni de’ prencipi l’interesse è quello che vince ogni partito, e perciò non deve fidarsi d’amicizia, non di affinità, non di lega, non d’altro vincolo, nel quale chi tratta con lui non abbia fondamento d’interesse”. A partir da edição veneziana de 1598, Botero se refere às *Histórias de Políbio* para acrescentar que os príncipes “non hanno per loro natura nè amico, nè nemico, ma che misurano l’amicizie e le inimicizie dall’interesse”, em seguida, no apêndice consagrado ao tema iminentemente veneziano “Sobre a neutralidade”, ele afirma: “I prencipi, come insegna Polibio, sono di natura così fatta, che non hanno nessuno per amico nè per nemico assolutamente, ma nelle amicizie e inimicizie si governano secondo che lor torna commodò, sicchè, sì come alcuni cibi di lor natura insipidi ricevono sapore dalla concia che dà loro il cuoco, così essi, essendo da dè senza affezione, inclinano a questa o a quella parte secondo che l’interesse acconcia l’animo e l’affetto loro”, G. Botero, *Della ragion di Stato con tre libri delle cause della grandezza delle città, due Aggiunte e un Discorso sulla popolazione di Roma*, a cura di Luigi Firpo, UTET, Torino, 1948, p. 104 et p. 445.
 28. “Questo proceder neutro della serenità vostra, viene non solamente laudato, ma ammirato dagli uomini prudenti e sinceri, parte considerando il procedere che usano questi principi, li quali si fanno lecito di mantenere la fede sino a tanto che gli torna comodo, parte anco perché in tanti travagli della cristianità lei sola possa e voglia conservarsi in stato così felice, che tutti gli oppressi di qualunque nazione non possono ritrovare sicurtà nè quiete, se non nello stato della serenità vostra”, Relazione di Francia di Giovanni Soranzo (1558), Albèri, I, 2, p. 464.
 29. É sobretudo na primeira parte do século que as inimizades dos príncipes são analisadas em termos subjetivos e pessoais. Assim, depois de sua longa embaixada de 56 meses junto a Charles Quinto, Gasparo Contarini não tematiza a questão do inimigo como tal, mas a substitui por uma investigação sobre a pessoa do imperador, sobre seu animo no sentido próprio. Relazione di Gasparo Contarini, da Carlo V (1525), Albèri I, 2, p. 9-73.
 30. A análise geoestratégica mais fina e mais completa do território escocês é a de Daniele Barbaro em 1551, *La Relazione d’Inghilterra di Daniel Barbaro ambasciatore ordinario* (1551), cit.
 31. Relazione di Bernardo Navagero, da Carlo V (1546), cit., p. 354.
 32. Relazione di Francia di Giovanni Correr, 1569, Albèri, I, 4, p. 218.
 33. *Ibid.*, p. 210-211.
 34. Relazione di Spagna di Michele Soriano, da Filippo II (1559), Albèri, I, 3, p. 373-376.

35. G. Botero, *Le Relationi universali* di Giovanni Botero benese, divise in quattro parti. Novamente reviste, corrette, e ampliate dall'istesso autore, per la Compagnia Bresciana, Brescia, 1598. A obra primeiro foi publicada em várias partes separadas, progressivamente, de 1591 a 1596. Sobre a dimensão geopolítica do livro e, em particular sobre a sua segunda parte, ver: R. Descendre, "Géopolitique et théologie. Suprématie pontificale et équilibre des puissances chez Botero", *Il Pensiero politico*, Anno xxxiii, n°1/2000, Olschki, Firenze, p. 3-37.
36. O que não nos impede de ler as *Relazioni universali* como uma obra da propaganda romana.
37. Um embaixador se compromete a "dire [...] solamente di quelle cose della cognitione delle quali bene informata, possa sicuramente quella republica consultare e deliberare", *Relazione di Francia di Giovanni Cappello (1554)*, cit., p. 276.

